

# Trump ameaça taxar em 50% produtos brasileiros

Lula ameaça reciprocidade à pressão em defesa de Bolsonaro

Por Karoline Cavalcante

Na manifestação mais contundente já feita pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano), contra o governo brasileiro, a Casa Branca divulgou nesta quarta-feira (9) uma carta pública endereçada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), anunciando a imposição de uma tarifa de 50% sobre produtos importados do Brasil. A nova taxação entra em vigor no dia 1º de agosto.

Segundo o documento, os dois países tiveram anos para discutir o que o governo norte-americano considera uma relação comercial “muito injusta”, marcada por políticas tarifárias e barreiras comerciais. “Por favor, entenda que o número de 50% é muito menor do que o necessário para garantir a igualdade de condições que precisamos com o seu país. E isso é necessário para retificar as graves injustiças do regime atual”, diz o trecho.

## Bolsonaro

Entre as justificativas apresentadas, Trump voltou a defender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), atualmente réu no Supremo Tribunal Federal (STF), acusado de participar de uma tentativa de golpe de Estado em 2022. Trump classificou o julgamento como uma “caça às bruxas” que, segundo ele, “precisa terminar imediatamente.”

A carta também menciona supostos “ataques insidiosos” do Brasil às eleições livres e à liberdade de expressão nos Estados Unidos. Como exemplo, Trump citou decisões do Supremo Tribunal Federal (STF)



Alan Santos/PR

Pressão de Trump em favor de Bolsonaro acaba por prejudicar o país

contra plataformas de redes sociais norte-americanas, que foram multadas e banidas do mercado brasileiro por descumprirem ordens judiciais. A crítica coincide com uma ação da Justiça da Flórida que, na última segunda-feira (7), intimou novamente o ministro Alexandre de Moraes, em processo movido pela Trump Media & Technology Group (TMTG) e pela plataforma Rumble. Desde fevereiro, as empresas acusam o magistrado de “tentativa de censura.”

## Reciprocidade

Diante do anúncio, o presidente Lula convocou uma reunião ministerial de emergência na noite de quarta-feira (9). O encontro, que durou cerca de uma hora, contou com a presença do vice-presidente e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, e dos ministros Fernando Haddad (Fazenda), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Gleisi Hoffmann

(Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil) e do assessor especial para Assuntos Internacionais, Celso Amorim.

Ao final da reunião, Lula subiu o tom: afirmou que o Brasil é um país soberano, com instituições independentes, e que não aceitará ser tutelado por ninguém. Disse ainda que qualquer elevação unilateral de tarifas será respondida com base na Lei de Reciprocidade Econômica, em vigor desde abril deste ano, e que teve como relatora uma opositora do governo, a senadora Tereza Cristina (PP-MS), que foi ministra da Agricultura no governo Bolsonaro. O presidente também rebateu a alegação de déficit comercial dos EUA em relação ao Brasil.

Sobre o julgamento dos envolvidos na tentativa de golpe de Estado, Lula declarou que se trata de uma questão interna. “É de competência apenas da Justiça brasileira e, portanto, não está sujeito a nenhum tipo de ingerência ou ameaça que

fira a independência das instituições nacionais.”

Mais cedo, o Itamaraty convocou o encarregado de Negócios da embaixada dos EUA, Gabriel Escobar, para prestar esclarecimentos sobre uma nota emitida pela representação diplomática em apoio a Bolsonaro, reiterando o posicionamento de Trump.

## Eleições 2026

Para o cientista político e professor da ESPM, Fabio Andrade, as declarações de Trump devem ser analisadas sob duas óticas: a comercial e a política, especialmente no contexto do discurso da direita e da liberdade de expressão.

Ele avalia que a defesa de Bolsonaro é parte de uma estratégia ideológica aliada à pressão econômica. “É um complemento de ideologia com economia. Então, na medida em que o governo norte-americano se sente ameaçado, vai direcionar mais a carga.”

# Por pedido de vista, CCJ adia votação da PEC da Segurança

Por Gabriela Gallo

Após o um pedido de vista coletivo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados adiou a votação da Proposta de Emenda à Constituição que reformula o modelo da segurança nacional (PEC 18/2025). O relator da PEC da Segurança Pública na Câmara, deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), apresentou o relatório final da proposta nesta quarta-feira (9) na CCJ. Em seu relatório, Mendonça Filho retirou um trecho da medida que concedia à União exclusividade na legislação sobre “normas gerais de segurança pública, defesa social e sistema penitenciário” brasileiro. Atualmente, essas regras também contam com participação dos estados.

“Medidas centralizadoras, como a ora examinada, violam a identidade do arranjo federativo previsto para a segurança pública e devem ser inadmissíveis de pronto”, argumentou o parlamentar durante sessão na comissão da Casa.

Na véspera da sessão na CCJ, na noite desta terça-feira (8), Mendonça Filho concederia uma entrevista coletiva à imprensa na qual adiantou os principais pontos do relatório. Ao citar a retirada com trecho, medida que ele informou ter comunicado previamente ao ministro de Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski,



Lula Marques/Agência Brasil

Mendonça avisou a Lewandowski as mudanças que fez

ki, ele disse que considera que a medida “conflita com o pacto federativo”.

“Política pública que atua na ponta – segurança, saúde e educação – precisa fundamentalmente da atuação de estados e municípios. E, no caso de política de segurança pública, é impossível se combater o crime na ponta se não tiver fortalecido o papel dos estados”, completou o parlamentar na coletiva.

Apesar de a mudança ter sido elogiada tanto por parlamentares da base governista quando por congressistas da oposição, deputados opositores tentaram propor uma

obstrução da medida, manifestando total contrariedade à medida. A sessão foi marcada por bate-boca e embates entre os parlamentares. A líder da minoria na Câmara, deputada Caroline De Toni (PL-SC), classifica que a medida será ineficiente para, de fato, combater o crime organizado.

“A Polícia Federal não tem estrutura para combater o crime organizado, não cuida das fronteiras e nem do contrabando”, defendeu De Toni, completando que “a União quer abraçar peculiaridades de diferentes naturezas que tem no país com uma única solução”.

## CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Divulgação

Castro diz que ninguém imaginava taxa de 50%

## Para exportador, sobretaxa de Trump é “para inimigo”

Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro se disse surpreso com a sobretaxa de 50% aplicada por Donald Trump a produtos brasileiros. “Isso só se faz com o pior inimigo”, afirmou. Segundo ele, o empresário esperava uma sobretaxa em torno de 10%. A medida, ressaltou, inviabiliza uma série de exportações para os Estados

Unidos e afeta, principalmente, produtos manufaturados. “Houve falta de bom senso”, reclamou. Castro revelou ter esperança de que o presidente norte-americano, como fez outras vezes, volte atrás em sua decisão. Ressaltou que a medida complica também exportações para outros países, que podem temer contrariar um país poderoso como os Estados Unidos.

## Vara curta

Mais cedo, antes do anúncio da sobretaxa, ao falar com a coluna, Castro avaliou que o Brasil, durante o encontro do Brics, havia “cutucado a onça com vara curta”. Para ele, a realização da reunião no Rio e declarações do presidente Lula irritaram o governo norte-americano.

## Cuidados

Ele frisou que o Brics reúne os dois principais rivais dos Estados Unidos, a China e a Rússia, e que houve “falta de cuidado” do governo brasileiro. “Nós não temos cacife para isso”, completou. Ressaltou que mesmo os poderosos chineses são mais cautelosos com os EUA.



Joédson Alves/Agência Brasil

No encerramento do encontro, Lula criticou Trump

## Taxa de 10% já causaria problemas para exportadores

Na avaliação do presidente da AEB, mesmo uma imposição de sobretaxa de 10% geraria problemas a produtos brasileiros — isso, mesmo se os exportadores conseguissem adequar seus preços. Isso porque, para o mundo, ficaria a imagem de encarecimento do que é produzido por aqui. Ele destacou que o momento

não é bom para dificultar exportações, que estão em queda.

Na semana passada, a Secretaria de Comércio Exterior admitiu que, este ano, a balança comercial deverá ter saldo positivo de US\$ 50,4 bilhões, contra US\$ 74,2 bilhões no ano passado. “Desse jeito, estamos importando desemprego”, lamenta.

## Apoio ao PT

Prestes a abandonar a federação com o PSDB e formar uma outra, com o PSB, a Cidadania já dá como muito provável o apoio, em 2026, à reeleição do presidente Lula. Em 2022, no primeiro turno, o partido ficou com Simone Tebet; no segundo, foi com o petista.

## Polarização

Para um dirigente do partido, não será possível, na próxima eleição, romper com a polarização entre petismo e bolsonarismo — e a questão da democracia, destaca, será decisiva. Em agosto, grupos de trabalho do PSB e do Cidadania começam a detalhar a federação.

## Que país?

Ministra do STF, Cármen Lúcia vai debater, em agosto, com o cantor Chico César. O tema será “Que país é este?”, poema de Affonso Romano de Sant’Anna, aquele do “Uma coisa é um país, outra um ajuntamento/ Uma coisa é um país, outra um regimento”.

## Fidelidade

A conversa, no Museu do Amanhã, faz parte do projeto “Sempre um papo — Palavra acesa”, do escritor e produtor cultural Afonso Borges. No próximo dia 29, a escritora Eliana Alves Cruz e o poeta Fabrício Carpinejar vão falar sobre “Soneto de fidelidade”, de Vinicius de Moraes.